



PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, EXCLUSÃO SOCIAL E RUALIZAÇÃO: REFLEXÕES PARA O SERVIÇO SOCIAL

Deidvid de Abreu¹
Lizandra Vaz Salvadori²

Resumo

Este trabalho discute a temática das pessoas em situação de rua e os processos de exclusão social e rualização, configurando-se como um trabalho teórico a partir de autores que pesquisam este campo. A situação de rua, em suas diferentes dimensões, se constitui como uma das expressões da questão social, portanto objeto de atuação do Serviço Social. Entende-se, a partir das reflexões trazidas neste texto, que as pessoas em situação de rua no cenário brasileiro passam por diferentes processos de exclusão social e que estes, contribuem para uma marginalização, concreta e/ou simbólica, dos sujeitos que experienciam a ida para as ruas.

Palavras-Chave: pessoas em situação de rua, exclusão social, questão social, Serviço social.

1 INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea convive com diferentes questões sociais aprofundadas pelo processo de globalização e precarização das relações de trabalho. A situação de rua é uma questão que vem sendo discutida por diferentes políticas públicas, tendo em vista a complexidade e a necessidade de intervenção dos diversos campos, como saúde, assistência social, habitação, educação, dentre outros. As pessoas em situação de rua convivem constantemente com a não garantia e acesso aos direitos sociais conquistados pela constituição federal de 1988, constituindo-se assim como sujeitos a margem de uma sociedade que exclui e estigmatiza.

De acordo com a Política Nacional de Inclusão social da população em situação de rua é possível considerar que este grupo, mesmo na sua heterogeneidade, apresenta algumas características em comum, sendo definido como um grupo populacional heterogêneo que apresenta em comum a pobreza, o rompimento de vínculos familiares, vivência de um processo de desfiliação social pela ausência de trabalho assalariado e das proteções advindas deste vínculo, sem moradia convencional regular e tendo a rua como o espaço social, de moradia e sustento (BRASIL, 2008).

O termo “população em situação de rua”, utilizado em documentos oficiais do estado brasileiro, abrange um conjunto de significados que contempla um grupo bastante heterogêneo, como os andarilhos, trecheiros, pardais, dentre outros sujeitos que fazem da rua seu principal espaço de convivência. Marcam sua relação com a rua segundo “[...] parâmetros temporais e identitários diferenciados, vis-a-vis os vínculos familiares, comunitários ou institucionais presentes e ausentes”. É comum que estabeleçam “[...] no espaço público da rua seu palco de relações privadas, o que os caracteriza como ‘população em situação de rua’”(BRASIL, 2008, p.3).

Corroborando com a nomenclatura oficial brasileira, Frangella, mesmo reconhecendo a heterogeneidade desse grupo populacional, exprime que na experiência contemporânea as categorias *homeless* ou em situação de rua funcionam como termos guarda-chuva que ressoam politicamente como menos excludente e mais homogeneizadoras. Agrega assim, “[...] o andarilho em deslocamento contínuo, os mendigos, os ‘loucos da rua’, e ainda os

¹ abreudd@gmail.com - HU-UFSC.

² lizasalvadori@gmail.com - Centro Cultural Escrava Anastácia - Florianópolis/SC.



desempregados que vivem temporariamente nas ruas e frequentam albergues” (2009, p. 51).

Percebe-se que algo em comum transpassa a história de vida desses sujeitos, que independentes de suas diferentes nomenclaturas ou categorizações, vivenciam um processo de exclusão social, marcados pela pobreza e relações precárias de trabalho. Dessa forma, este ensaio tem como objetivo refletir sobre a temática população em situação de rua e os processos de exclusão social e de realização, oferecendo contribuições para o pensar e atuar do Serviço Social nesse contexto na direção da garantia e efetivação dos direitos sociais.

2 PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E EXCLUSÃO SOCIAL

Discutir os processos de inclusão e exclusão social torna-se bastante complexo tendo em vista uma gama de autores brasileiros³ que estudam o tema, elencando cada um, diferentes condicionantes sobre esses processos. Ao reconhecer a linha tênue que separa incluídos e excluídos, podemos considerar que:

Não há como definir um limite preciso entre o “incluído” e o “excluído”. Não se trata de um conceito mensurável, mas de uma situação que envolve a informalidade, a irregularidade, a ilegalidade, a pobreza, a baixa escolaridade, o oficioso, a raça, o sexo, a origem, e principalmente, a falta de voz (MARICATO, 1994, p.51).

Já para Leal (2011), é possível dividir exclusão social, para fins analíticos, em três conjuntos, agrupados de acordo com grandes traços que se repetem nas definições dos principais autores brasileiros sobre a temática.

O primeiro diz respeito à relação da exclusão social com a fragilização e/ou ruptura dos laços sociais que integram o indivíduo à sociedade, dentre os estudiosos brasileiros que mais se destacam nesta visão está Escorel, o qual define a exclusão social como “[...] um processo que envolve trajetórias de vulnerabilidade, fragilidade ou precariedade e até a ruptura dos vínculos em cinco dimensões da existência humana em sociedade” (1999 apud LEAL, 2011, p.13). Estas cinco dimensões se dividem em: econômico-ocupacional, sociofamiliar, da cidadania, das representações sociais e da vida humana.

A *dimensão econômico-ocupacional*, relacionada principalmente a esfera do trabalho, constitui o processo de fragilização dos laços sociais operando por meio de inserções em trabalhos precários ou mesmo nos casos de desemprego, fortalecendo a ideia de que cada vez mais as pessoas são economicamente desnecessárias. Na *dimensão sociofamiliar*, fragmentam-se e fragilizam-se as relações fundamentais entre os familiares, com a vizinhança e comunidade, contribuindo para o isolamento e à solidão do indivíduo. Na *dimensão da cidadania e da política*, o poder de ação e representação é retirado, privando o indivíduo deste direito. Já na *esfera das representações e dos relacionamentos com o outro*, o processo de exclusão se materializa por meio das discriminações e pelos estigmas, podendo para muitos chegar ao ponto da negação da humanidade do outro. E na *dimensão da vida humana*, os indivíduos, aqui chamados de “excluídos”, “[...] restringem-se à busca da sobrevivência e acabam sendo expulsos da categorização dentro da humanidade tal como idealizada pela filósofa Hanna Arendt (1999), no livro a condição humana” (LEAL, 2011, p.13).

³ Em estudo realizado por Giuliana Franco Leal (2011), a autora analisa o debate contemporâneo sobre exclusão social e apresenta os principais autores brasileiros que discutem o tema, dentre eles estão: BRACHO (2001); ESCOREL (1999); NASCIMENTO (1994a) e (1994b); OLIVEIRA (1997); PINTO (2001); WANDERLEY (2001); ADULIS e FISCHER (1998); ARZABE (2001); SOUZA (1994); SPOSATI (2003); VÉRAS (2001); XIMENES (1999); POCHMAM (2003); SANTOS (2003); SAWAIA (2001); DEMO (1998 e 2003).



A autora chama a atenção para o entrelaçamento entre as dimensões apresentadas, no qual umas agem sobre as outras, reforçando-se mutuamente. Este processo de exclusão social se intensifica a partir das experiências de fragilização, precarização e diversas rupturas da vida social. Leva os indivíduos muitas vezes à condições de alguém “sem lugar no mundo”, desvinculado ou ainda com vínculos muito frágeis que não lhe permitem se ver ou mesmo, ser visto como uma unidade social de pertencimento (ESCOREL apud LEAL, 2011).

O segundo conjunto, que discute a exclusão social como alijamento de direitos ou como a não cidadania a relaciona com a negação dos direitos humanos e sociais considerados básicos e universais na sociedade contemporânea. Esta negação ou mesmo o cerceamento de direitos, dificulta o exercício de liberdade, dos direitos políticos, da participação na comunidade, bem como seu reconhecimento como pessoa. Baseada em Souza (1994), Leal (2011) apresenta a ideia de exclusão social como “sequestro de cidadania” ao lembrar que algumas formas de privação de direitos são consideradas legais em determinados locais, nas quais a restrição do voto feminino em algumas sociedades serve como exemplo.

Por fim, no terceiro conjunto a autora apresenta a exclusão social como conjunto de privações e vulnerabilidades relacionais, em processos de contradição. Nesta dimensão são incluídas a pauperização e desigualdade social, resultantes das transformações políticas, econômicas e sociais ocorridas nos últimos 30 anos, conformando-as entre as principais manifestações da questão social contemporânea. Assim, exclusão social está relacionada à temática da pobreza, da desestabilização dos trabalhadores antes estáveis, e da perda dos padrões de proteção social (PASTORINI apud LEAL, 2011).

No conjunto de privações que contribuem para o processo de exclusão social, a pobreza aparece como fator preponderante, e no olhar de Demo (2003) não está relacionada somente com a pobreza econômica. O autor enfatiza a questão política da pobreza, afirmando:

[...] o cerne mais duro da pobreza é político. Exclusão social mais dramática não é só não dispor de bens essenciais. É sobretudo, não conseguir alçar-se à condição de sujeito capaz de comandar seu destino. Nega-se não só acesso material, mas principalmente a autonomia emancipatória (DEMO, 2003, p.36).

No mesmo sentido Sposati (2003) contribui ao afirmar que exclusão social é mais do que puramente a pobreza, considerando-a como o estado de não ter, sendo que se trata de um processo de não inclusão, de apartação, e negação como decisão histórica e culturalmente humana de criar interdições. A autora em outro estudo aponta que a exclusão social se refere também à discriminação e estigmatização, podendo estar relacionada a questões de sexo, cor, orientação sexual e outras características e atribuições dos sujeitos, não estando necessariamente relacionadas com a pobreza (SPOSATI, 1999).

A noção de exclusão social apresentada pelos autores não demarca pontos fixos e rígidos para inclusão ou exclusão de sujeitos no mundo contemporâneo, grande parte delas se estreitam com o tema da cidadania, da participação, dos direitos sociais, econômicos e políticos.

Segundo Velho (2003) na própria dinâmica das sociedades complexas⁴ há espaço para a coexistência de diferentes mundos. São as metrópoles o *locus*, por excelência, da diversidade, lugar onde os sujeitos encontram mais espaço para expressar suas

⁴ Para Velho (1999) a expressão “sociedade complexa” refere-se a noção de sociedade na qual a divisão social do trabalho e a distribuição de riquezas delineiam categorias sociais distinguíveis com continuidade histórica, sejam classes sociais, estratos, castas. Por outro lado a noção de complexidade traz também a ideia de uma heterogeneidade cultural que deve ser entendida como a coexistência, harmoniosa ou não, de uma pluralidade de tradições cujas bases podem ser ocupacionais, étnicas, religiosas, etc.



singularidades, mesmo com elevado preço a pagar⁵. Assim, é nas cidades, nas metrópoles, que os indivíduos transitam com maior intensidade entre papéis e domínios.

Podemos dizer, assim, que na sociedade moderno-contemporânea os indivíduos transitam não entre dois *sistemas*, mas entre *n* domínios e/ou níveis socioculturais. Por outro lado, quando se fala em ajustamento, sabemos que é altamente problemático pensarmos tendo apenas *um* sistema como referência, desde que por definição os indivíduos transitam entre mundos e esferas diferenciados, cujas relações não só são lineares como não são regulares, aproximando-se, em sua extrema complexidade, de modelos caóticos (VELHO, 2003, p.80).

É nas grandes cidades e metrópoles que o fenômeno do habitar a rua acontece com mais intensidade e diversidade, isso considerando o exposto pelos autores discutidos. São nestes grandes emaranhados de situações, pessoas, organizações dos mais diferentes tipos, que os sujeitos encontram mais espaços, não somente físico, mas também de ordem social e cultural para exercício desta condição, de “com-viver” nas ruas.

Por que e como se dá a ida para as ruas? Quais os fatores que levam, ou até mesmo empurram, estes sujeitos para o espaço das ruas? A rualização é um processo, que se materializa num espaço de tempo e por diversos motivos, como veremos no item a seguir.

3 PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E O PROCESSO DE RUALIZAÇÃO

O que alguns autores chamam de processo de rualização, parte de uma concepção oposta de achar que os sujeitos “são da rua”, desta forma o entende como um processo social que se configura a partir de múltiplos condicionantes, e num espaço de tempo. Para ser interrompido, este processo necessita de ações preventivas ou ainda intervenções quando o tempo de estada na rua dos sujeitos é ainda curto, potencializando assim a efetividade das ações para sua reversão (PRATES; PRATES; MACHADO, 2011).

Para discutir alguns condicionantes que contribuem para o processo de rualização, iniciaremos apresentando dados de pesquisas brasileiras que caracterizam esses sujeitos e algumas especificidades deste segmento populacional, dentre elas o uso e abuso de álcool e outras drogas.

Fruto de acordo entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) a Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua foi realizada entre o período de agosto de 2007 à março de 2008, sendo considerado o maior e mais atual levantamento de informações com este grupo populacional no Brasil até o momento. O público alvo foram pessoas a partir de 18 anos, residentes em 48 municípios com mais de 300 mil habitantes e mais 23 capitais, independente de seu porte populacional⁶, sendo identificadas cerca de 31.922 (BRASIL, 2008). Nesta pesquisa não foram analisadas todas as cidades brasileiras e o número acima não conta com os resultados das pesquisas realizadas em São Paulo em 2003 (10.399 pessoas), Belo Horizonte em 2005 (1.164 pessoas, incluindo crianças e adolescentes), Recife em 2005 (1.390 pessoas, incluindo crianças e adolescentes) e Porto Alegre 2007 (aproximadamente 1.203 pessoas)⁷. Considerando esses aspectos, não é possível, e talvez nem importante, contabilizar um número fixo e confiável dessas pessoas somando todas as pesquisas, devido as diferentes

⁵ Influenciados por Simmel, esta era a visão dos sociólogos de Chicago, a cerca da metrópole. Ideia presente em Velho (2003).

⁶ Entre as capitais brasileiras não foram pesquisadas São Paulo, Belo Horizonte e Recife, que haviam realizado pesquisas semelhantes em anos recentes, e ainda Porto Alegre por estar realizando outra pesquisa com o mesmo público naquele momento.

⁷ Os dados da pesquisa de Porto Alegre – RS foram encontrados no trabalho de Graziola (2011).



metodologias adotadas, os períodos de realização, bem como os critérios etários diferenciados.

Em relação ao estar em situação de rua, o maior índice, cerca de 35,5%, afirmam que passaram a viver e morar na rua por problemas relacionados ao uso de álcool e/ou outras drogas, 29,8% justificam pela situação de desemprego, e 29,1% por desavenças com pai/mãe/irmãos, sendo que 71,3% do total de entrevistados citaram pelo menos um dos três motivos. A grande maioria, 69,6% costuma dormir na rua, 22,1% dormem geralmente em albergues e outras instituições, e somente 8,3% alternam entre a rua e essas instituições acolhedoras. Aproximadamente 48,4% estão há mais de dois anos dormindo na rua ou em albergues (BRASIL, 2008).

Ferreira e Machado (2007) identificam quatro grandes grupos de fatores que levam esses sujeitos a fazer da rua seu principal local de referência, contribuindo para ampliação e entendimento do fenômeno, assim podem ser divididos em: experiências de violências, uso e abuso de drogas, desemprego e problemas de saúde. Os autores refletem que estes fatores podem ser identificados de forma isolada ou ainda de forma combinada, nem sempre muito fáceis de identificar e separar, revestidos de determinados períodos de tempo ou permanentemente. No caso das experiências de violências, dentre elas a violência doméstica em suas várias formas (psicológicas, física, sexual, dentre outras), direcionadas principalmente às mulheres, idosos, crianças e deficientes é um dos fatores que incidem sobre os rompimentos familiares, que por sua vez intensificam as saídas de casa por longos períodos, ou mesmo para nunca mais retornarem. Dos fatores relacionados ao desemprego, consideram que muitas pessoas ao não conseguirem gerar renda o suficiente para suas necessidades de moradia, ocasionado pela não ocupação de um posto de trabalho, ou mesmo pela realização de trabalhos informais e/ou precários, muitos acabam por morar nas ruas, não tendo condições de retornar para suas casas devido as distâncias, quando ainda as têm. Afirmam que muitos ao procurar trabalho, chegam as grandes cidades e se deparam com a falta de oportunidades, assim, mesmo não conseguindo uma ocupação não retornam imediatamente as suas casas, para não lidar com o fracasso perante seus familiares.

Outro grupo, inclui pessoas que sofrem com doenças de difícil aceitação social por parte das famílias como a Aids, hanseníase e os diversos transtornos mentais, e mesmo as deficiências físicas e/ou mentais. Em geral as famílias não possuem muitos recursos para lidar com essas situações, considerando os equipamentos muitas vezes necessários ou mesmo os tratamentos dispendiosos de algumas doenças, as instituições públicas ou mesmo a rua são, portanto, os possíveis destinos de muitos (FERREIRA; MACHADO, 2007).

No olhar dos autores, estes quatro grupos apresentados não abrangem todas as situações possivelmente encontradas no espaço das ruas, e também não podem ser vistas como determinantes absolutos *per se*, muitas vezes isolados ou combinados, contribuem para a intensificação de processos de exclusão social, nem sempre levando os indivíduos a ocuparem as ruas. Chamam atenção para o reconhecimento das histórias de vida individuais, nas quais há de se perceber um processo – temporal e de situações, que marcam a vida desses sujeitos.

Silva (1998) em pesquisa realizada junto a crianças de camadas populares em Florianópolis identifica os principais motivos que levaram crianças e adolescentes a passar grande parte do dia ou mesmo a morar nas ruas da cidade. Segundo seu estudo os principais fatores que contribuíram para o fenômeno estavam entrelaçados com experiências de ter visto ou sofrido violência dentro de casa, muitas vezes na relação com os “novos maridos das mães”, a morte de pais e familiares que gostavam muito, no qual a ida para as ruas se constitui como uma forma de lidar com o sofrimento fora do espaço da casa. Aparece também neste contexto, as dificuldades de se relacionar com as regras da casa, considerando que na rua possuíam mais liberdade, inclusive para o uso de drogas.



Ao abordar os possíveis motivos que os andarilhos apontam como responsáveis para a ida para o trecho⁸, Brognoli reflete considerando a possível “[...] sobredeterminação de fatores que escapam ao entendimento dos sujeitos [...]”, isso quando interrogados ou mesmo quando contam suas histórias sobre a ida para a rua, “[...] sendo destacados aqueles que mais fazem sentido” (1996, p.87-88). Assim, apontando as dificuldades de reconhecer os verdadeiros motivos, que também não se apresentam de forma estaque e podem se constituir no próprio trecho, muitas vezes sobrepostos por motivos convencionais como o desemprego ou desavenças familiares, estão entre eles a possibilidade de “[...] viver sem compromissos e sem patrão e a necessidade de apagar os rastros de sua existência [...]” (1996, p.89).

Em sua pesquisa, o autor considera que certas narrativas dos sujeitos entrevistados buscam dar conta da possibilidade de legitimação de sua condição, já que em geral a sociedade não vê a condição de trecheiro como algo “normal”. Desta forma, os sujeitos colocam-se como alguém que sofre uma ação, redirecionando para outros a responsabilidade da situação em que se encontram, no trecho.

Trecheiros e pardais, como intitulados por Brognoli (1996), rompem:

[...] os marcos referenciais que circunscrevem territórios relativamente estáveis na vida sedentária (um círculo que se expressa na tríade casa-família-trabalho), produzem um territorialidade que se apoia na constância da desterritorialização e que, ao mesmo tempo, cria um compromisso com esta ao ponto de torná-la um fim em si mesma. Não estabelece novos territórios para deles partir novamente a qualquer momento, mas fixa-se na mobilidade (1996, p.93).

O autor assinala uma marca central deste grupo formado pelos trecheiros e pardais, o signo da desterritorialização, não somente no sentido de terra-lugar-propriedade-território, que para além disso, rompe os sentidos com a “vida normal”, nas quais grande parte dos sujeitos modernos vivenciam principalmente na relação com a casa, família e trabalho. A mobilidade apontada pelo autor se transfere para todas as esferas da vida desses sujeitos, nos fazendo muitas vezes estranhar essas formas de ser e estar, que em alguns momentos parece-nos “não ser e não estar”.

Assim, a partir das ideias e constatações dos diferentes autores apresentados, reconhecemos a diversidade de fatores que levam ou contribuem para que os sujeitos se constituam como pessoas em situação de rua. Portanto, a atuação do Serviço Social se dá pelo reconhecimento das diferentes demandas apresentadas por esses sujeitos, muitas vezes marginalizados e excluídos dos processos de participação social, necessitando de um mediador para garantia dos direitos não reconhecidos e/ou não acessados por esse grupo populacional.

Este grupo traz questões específicas para a intervenção dos Assistentes Sociais, sendo que estes profissionais muitas vezes realizam os primeiros contatos e se constituem como porta de entrada em diferentes serviços de atenção a essa população, necessitando assim de um olhar atento as demandas e especificidades que tais situações apresentam.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este ensaio não pretendeu esgotar as discussões sobre a complexidade que envolve a exclusão social e o processo de rualização dos sujeitos, apenas trazer para a cena questões importantes e atuais sobre a temática, apontando reflexões para profissionais que atuam com este público e que encontram cotidianamente desafios na garantia de seus direitos.

⁸ Trecho significa para o autor o caminho por onde passa o sujeito andarilho.



Consideramos inicialmente que os diferentes profissionais que atuam neste campo necessitam conhecer e compreender esses sujeitos e suas histórias, para que possam a partir destes conhecimentos, apoiados numa atuação intersetorial e de um trabalho em rede, atuar na perspectiva da desconstrução das subalternidades e fortalecimento dos vínculos e relações sociais, muitas vezes fragilizados e/ou rompidos.

A partir dos autores discutidos neste texto, as intervenções podem ser pensadas numa perspectiva de prevenção, devendo, quando possível, serem planejadas antes da ida para as ruas. Neste sentido tais intervenções devem buscar um olhar ampliado e atento para o contexto sócio-familiar, local onde as produções de exclusão e conflitos são frequentes, próprios de espaços de socialização e vivência.

A análise destas realidades, considerando que os principais motivos que levam os sujeitos para as ruas surgem nestes espaços, constitui-se como um enorme desafio para o Serviço Social, pois remete sua atuação para diferentes dimensões das vidas dos sujeitos, sejam elas sociais, culturais, políticas, econômicas, dentre outras. Assim, analisar os contextos de exclusão social em que vivem as pessoas em situação de rua ou em processo de rualização é relacionar-se com questões micro e macro sociais, que podem ser alteradas tanto por ações focadas em determinadas situações, bem como na implementação de políticas públicas capazes de contribuir para a visibilidade destes enquanto sujeitos de direitos.

Por fim, consideramos que a rua, como espaço social onde os diferentes sujeitos transitam é, e sempre foi habitada nos diferentes momentos da história por múltiplos sujeitos e contextos, estes revestidos por diversos olhares e simbologias, dependendo do lugar e tempo em que acontecem. Cabe-nos portanto, o desafio de identificar e desmitificar como são produzidos estes fenômenos: a exclusão social, a rualização e a permanência dos sujeitos nos espaços da rua, incluindo-os como frutos de uma sociedade que aparta, discrimina, difere, criminaliza e institucionaliza tais experiências, que ela mesmo produziu.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Meta Instituto de Pesquisa de opinião. Pesquisa Nacional sobre a População em situação de rua, 2008. Disponível em: http://www.mds.gov.br/backup/arquivos/sumario_executivo_pop_ua.pdf. Acesso em: 25/05/2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Política Nacional de inclusão social da população em situação de rua, 2008a, 25p. Disponível em <http://www.recife.pe.gov.br/noticias/arquivos/2297.pdf>. Acesso em 05/05/2015

BROGNOLI, F. F. Trecheiros e Pardais: estudo etnográfico de nômades urbanos. 1996. 216 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia social) - CFH/Universidade Federal de Santa Catarina, 1996.

DEMO, P. Pobreza da pobreza. Petrópolis: Vozes, 2003.

FERREIRA, F. P. M.; MACHADO, S. C. C. Vidas privadas em espaços públicos: os moradores de rua em Belo Horizonte. Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Editora Cortez, n. 90, ano XXVII, junho, 2007.

FRANGELLA, S. M. Corpos Urbanos errantes: Uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo. São Paulo: Annablume FAPESP, 2009.



GRAZZIOLA, R. As pessoas em situação de rua em Porto Alegre e seus dramas, tramas e manhas: a cooperação e a solidariedade como forma de humanização. 2011. 122 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFRS, 2011. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/32141/000785784.pdf?sequence=1>. Acesso em: 25 jul. 2015.

LEAL, G. F. Exclusão social e ruptura dos laços sociais: análise crítica do debate contemporânea. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011.

MARICATO, E. Exclusão social e reforma urbana. Propostas, Rio de Janeiro, n.62, p.51-56, set. 1994.

PRATES, J. C.; PRATES, F. C.; MACHADO, S. Populações em situação de rua: os processos de exclusão e inclusão precária vivenciados por esse segmento. Temporalis, Brasília (DF), ano 11, n.22, p.191-215, jul./dez. 2011.

SILVA, R. de C. O. “A porta entreaberta”: Práticas e representações em torno das relações entre casa e rua junto a crianças de camadas populares em Florianópolis. 1998. 216p. Dissertação (Mestrado em Antropologia social) – CFH, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

SOUZA, L. de. Processos de categorização e identidade: solidariedade, exclusão e violência. SOUZA, Lídio de.; TRINDADE, Z. A. Violência e exclusão: convivendo com paradoxos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994. p. 57-74.

SPOSATI, A. Mapa da exclusão social da cidade de São Paulo – 2000: Dinâmica social dos anos 90. Disponível em: <<http://www.geopro.br/exclusao>>. 2003. Acesso em: 10 jul. 2014.

_____. Exclusão social abaixo da linha do Equador: In: VÉRAS, Maura Padini Bicudo (Ed.) Por uma sociologia da exclusão social: o debate com Serge Paumam. São Paulo: Educ, 1999, p.126-138.

VELHO, Gilberto. Projeto e Metamorfose: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 3ª ed., 2003.